

Ministério Público

Minas Gerais

Concurso 41

Prova Preambular (1º Fase)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Responda as questões abaixo:

01- A desapropriação de terras onde foram localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas será:

- a) indenizada prévia e imediatamente ao proprietário;
- b) destinada ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos;
- c) destinada para finalidade filantrópica;
- d) destinada para instituição que combata o tráfico;
- e) destinada para instituição que cuide de menor.

02- O brasileiro pode ser extraditado:

- a) quando for nato;
- b) Quando for nato e Ter participação comprovada em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- c) quando praticar crime comum após a naturalização;
- d) quando for naturalizado e cometer crime inafiançável;
- e) quando for naturalizado e ter participação comprovada em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

03- O Ministério Público é constitucionalmente:

- a) o detentor do direito de promover, privativamente, ação penal pública;
- b) o único que pode defender os direitos difusos da coletividade;
- c) o detentor exclusivo do direito de propor ação direta de constitucionalidade;
- d) a única instituição que tem autonomia financeira e administrativa;

e) O único fiscal da atividade do Poder Executivo.

04- Quais são os princípios que norteiam a Administração Pública na Constituição do Estado de Minas Gerais?

- a) princípios de publicidade, moralidade e impessoalidade;
- b) princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- c) princípios de legalidade, impessoalidade e razoabilidade;
- d) princípios de publicidade, moralidade e legalidade;
- e) princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade.

05- Juízo natural pela Constituição Federal é:

- a) a possibilidade de criação de tribunais de exceção, para julgarem fatos já ocorridos;
- b) a possibilidade de acordo com o caso, de mudar a autoridade que deve julgá-lo;
- c) o direito de haver tribunal de exceção para julgar o fato praticado;
- d) o direito de ninguém ser processado, nem sentenciado senão pela autoridade competente;
- e) o direito de manter a mesma autoridade para julgá-lo, mesmo se esta tiver sido transferida.

06- No âmbito do Poder Legislativo, o que se entende por “maioria simples” e por “maioria absoluta”?

- a) maioria absoluta é a maioria dos presentes e maioria simples é aquela obtida pela divisão do número de membros da Casa Legislativa;
- b) maioria absoluta corresponde ao primeiro número inteiro subsequente ao número obtido da divisão dos membros da Casa Legislativa e maioria simples corresponde à maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros;
- c) maioria absoluta corresponde ao primeiro número inteiro subsequente ao número obtido da divisão dos membros da Casa Legislativa e maioria simples corresponde à maioria dos votos dos presentes;
- d) maioria absoluta é obtida por mais de 2/3 dos membros da Casa Legislativa e maioria simples pelos votos dos presentes;
- e) maioria absoluta é mais fácil de se obter do que a maioria simples.

07- O que são cláusulas pétreas?

- a) são as cláusulas que não podem ser reformadas na Constituição Federal;
- b) são as cláusulas que podem ser reformadas pelo Poder Constituinte derivado;
- c) são as cláusulas que estabelecem direitos do Poder Executivo;
- d) são as cláusulas que estabelecem apenas direitos e garantias individuais;
- e) são as cláusulas que regem, exclusivamente, a forma federativa do Estado.

08- A sessão legislativa ordinária não pode ser interrompida:

- a) no início de cada legislatura;
- b) quando o Governador do Estado convocá-la;
- c) enquanto não tiver findado o ano;
- d) quando for convocada;
- e) quando não tiver aprovado o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

09- Pela Constituição do Estado de Minas Gerais é considerada lei complementar:

- a) a lei que rege o Magistério;
- b) a lei orgânica da Procuradoria Geral do Estado;
- c) a Lei de Organização e Divisão Judiciárias;
- d) o Código de Trânsito;
- e) o Código Tributário Nacional.

10- Não pode ser admitida emenda legislativa que resulte aumento de despesa:

- a) nos projetos na área educacional;
- b) nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, dos Tribunais e do Ministério Público;
- c) nos projetos de iniciativa do Tribunal de Contas;
- d) nos projetos do Executivo, sem comprovar a existência de recurso e o disposto no art. 160, III, da Constituição do Estado de Minas Gerais;
- e) nos projetos de alteração da lei orgânica da Polícia Civil.

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

11- Assinale a opção incorreta:

- a) O critério decisivo para distinguir os tipos de invalidade do ato administrativo está na possibilidade de convalidar-se o vício do ato.
- b) O dever de prestar contas alcança todos os atos de administração e governo e não só os relacionados com o dinheiro público ou gestão financeira.
- c) A Emenda Constitucional nº 19/98 diferenciou a autarquia em sentido estrito das fundações, inclusive quanto ao processo de criação, sendo que essas só serão instituídas para atuar em áreas definidas em lei complementar.
- d) A interdição de uso e de alienação da propriedade, devido à instituição de Parques Ecológicos, configura hipótese de servidão administrativa, e não simples limitação.
- e) A permissão de uso de bem público caracteriza-se por sua natureza contratual, através da qual a Administração confere ao particular a utilização individual de determinado bem público.

12- Assinale a opção incorreta:

- a) Os juros moratórios, em caso de responsabilidade extracontratual, fluem a partir do evento danoso.
- b) Os Estados-Membros possuem competência residual para a instituição das taxas.
- c) O Município pode exercer direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme a ser estabelecido na lei local.
- d) Não se concebe a realização de licitação para a celebração de consórcios administrativos.
- e) O proprietário lindeiro pode, no caso de investidura, obrigar o Poder Público a incorporar ao seu terreno a área pública aproveitável para construção, pagando o justo preço.

13- Assinale a opção incorreta:

- a) A definição do objeto de uma licitação promovida pelo Poder Público decorre do exercício do poder discricionário, não se sujeitando a controle judicial.
- b) O registro dos licitantes no Sistema Unificado de Fornecedores – SICAF é exigência imposta pela Lei nº 8.666/93.
- c) A Administração pode invalidar procedimento licitatório, onde restou habilitada apenas uma empresa, cuja proposta não compreendeu a totalidade do objeto licitado.
- d) A documentação relativa à qualificação técnica, na licitação, pode ser feita mediante a apresentação de certidão de acervo técnico.
- e) A eventual anulação da habilitação não afeta todo o procedimento licitatório, mas apenas os atos e fases que lhe são posteriores.

14- Assinale a opção incorreta:

- a) Pelo princípio da especialidade, os órgãos públicos e as entidades da Administração Pública só podem exercer poderes funcionais e atividades para alcançar os seus fins determinados e limitados no seu ato de criação ou de regência.
- b) Pelo princípio da eficácia, o ato administrativo deve estar apto para produzir todos os seus efeitos jurídicos, como também o de dar bons resultados práticos.
- c) A Constituição Federal adota, no que concerne às entidades de direito público, a responsabilidade objetiva, com base na Teoria do Risco Integral, sendo que a culpa da vítima situa-se como irrelevante jurídico para influir na fixação na responsabilidade civil do Estado.
- d) O Estado coloca-se como devedor solidário no caso de descumprimento dos encargos previdenciários pelo executor do contrato administrativo.
- e) O regime geral de remuneração não se confunde com o regime decorrente de reestruturação, mesmo em valores diferenciados, para determinadas categorias de servidores com cargos e atribuições próprios.

15- Marque a opção correta:

- a) O servidor público, investido no emprego por concurso público, adquirirá a estabilidade, após o cumprimento de estágio probatório com duração de três anos.
- b) A vitaliciedade aplica-se a todos os cargos públicos que assegurem a continuidade da prestação do serviço público, que é de caráter permanente.
- c) O servidor estável há de ser efetivo, mas nem todo servidor efetivo é estável.
- d) Lei Ordinária regulamentará a perda do cargo por insuficiência de desempenho, a ser apurado mediante procedimento de avaliação periódica, assegurada ampla defesa.
- e) O servidor em disponibilidade pode se valer da reversão para retornar à Administração Pública.

16- Marque a opção correta:

- a) Havendo compatibilidade de horários, um servidor público pode acumular, remuneradamente, um cargo de odontólogo no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde com outro cargo de odontólogo no Instituto de Previdência dos Servidores do mesmo Estado.

- b) A destinação legal do produto da arrecadação coloca-se como critério relevante para a qualificação jurídica do tributo.
- c) Os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal.
- d) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas próprios de saúde.
- e) A celebração de convênios entre os entes políticos exige autorização legislativa específica.

17- Marque a opção correta:

O direito de retomada coativa do serviço pelo Poder Concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de

- a) retrocessão
- b) encampação
- c) investidura
- d) reversão
- e) redestinação

18- Marque a opção correta:

- a) A verdade formal constitui princípio do processo administrativo.
- b) A demissão do servidor em processo administrativo pode ser anulada tão só por ter sido determinado sumariamente o arquivamento do inquérito policial por fragilidade de provas.
- c) Pela regra do regime jurídico dos cargos públicos, está a Administração obrigada a efetuar o pagamento de seus servidores pelo salário mínimo profissional estipulado em lei federal.
- d) A abertura de sindicância não interrompe a prescrição para fins de responsabilização de infração de natureza funcional.
- e) As sanções civis, penais e administrativas, em sentido amplo, poderão cumular-se, sendo independentes entre si, salvo quando ocorrer absolvição criminal que negue a existência do fato ou da autoria, hipótese em que a responsabilidade administrativa será afastada.

19- Marque a opção correta:

- a) O poder expropriatório é discricionário, nas hipóteses de utilidade pública e de interesse social, sendo exercitável no interesse da Administração.
- b) A dação em pagamento de bens imóveis não constitui meio de extinção da obrigação tributária, conforme disposição do Código Tributário Nacional.

- c) Na desapropriação destinada à servidão administrativa não são devidos juros compensatórios.
- d) O poder expropriatório, para que seja válido, exige a interferência do Poder Judiciário.
- e) O poder de polícia é um poder político do Estado, exercido no desempenho de suas funções constitucionais.

20- Marque a opção correta:

- I- Autorização de uso é o ato unilateral, formal e precário pela qual a Administração atribui a determinada pessoa direito de fruir de um bem público, com exclusividade, nas condições estabelecidas.
- II- A polícia administrativa é inerente e se difunde por toda a Administração Pública, enquanto as demais são privativas de determinados órgãos ou corporações.
- III- O Município poderá proceder à desapropriação do imóvel urbano, com pagamentos em títulos da dívida pública, decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização.
- IV- A remuneração a ser revista, na forma do inciso IX do art.37 da Constituição Federal, ocorrerá no mês de janeiro e dar-se-á sem distinção de índices, extensiva tão somente aos proventos da inatividade .
- V- Serão deduzidos da revisão geral da remuneração os percentuais concedidos no exercício anterior, decorrentes de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, criação e majoração de gratificações ou adicionais de todas as naturezas e espécies, adiantamento ou qualquer outra vantagem inerente aos cargos ou empregos públicos, não se aplicando tal regra ao exercício de 2002.

Estão certos os itens:

- a) III, IV e V
- b) III e V
- c) I, III, IV e V
- d) I, II e IV
- e) I e II

DIREITO PENAL

21- Considerando verdadeiras ou falsas as afirmativas abaixo, assinale a opção que contém a seqüência correta:

- () No crime continuado, a redução do prazo prescricional decorrente da menoridade (artigo 115 do Código Penal) abrange todos os delitos em continuação, devido à ficção jurídica da unidade de crime, mesmo que o agente tenha atingido vinte e um anos de idade durante a seriação dos fatos delituosos, praticando crimes antes e depois da maioridade civil.
- () O Código Penal Militar não adotou a prescrição retroativa da pretensão punitiva.

() O autor de furto, ao dispor da *res furtiva* não pratica novo crime, sendo sua conduta tida como exaurimento do furto. No entanto, se o agente alterar o bem ou mesmo se falsificar sua documentação ou identificação e vendê-lo, praticará crime de estelionato (art. 171/CP) em concurso com o furto (art. 155/CP).

() A prescrição da pretensão executória nos crimes falimentares tem início a partir da data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação.

() No caso de concurso de crimes, a prescrição incidirá sobre a pena final aplicada.

() Agentes que, depois de assaltarem motorista, com o fim de roubar o carro e, visando garantir o êxito da empreitada, mantêm a vítima presa por uma hora no porta-malas do veículo, libertando-a posteriormente, devem responder por dois crimes: roubo e seqüestro.

a) V, F, V, V, F, F.

b) F, V, V, F, V, V.

c) V, F, F, V, V, F.

d) F, V, F, V, F, V.

e) V, F, V, F, F, F.

22- Sobre os crimes hediondos e crimes equiparados a hediondos, é correta a afirmação:

a) Aplicada a pena privativa de liberdade de três anos é possível a substituição por duas penas restritivas de direito.

b) É inconstitucional o regime integralmente fechado, por não violar o princípio da individualização da pena, graças à aplicação do princípio da especialidade.

c) A Lei 9.455/97, que define os crimes de tortura, derogou a Lei 8.072/90, permitindo a progressão de regime em crimes hediondos, por se tratar de sucessão de leis penais no tempo.

d) A delação premiada constitui causa especial de aumento de pena.

e) O homicídio qualificado-privilegiado não é delito hediondo.

23- Assinalar a alternativa correta:

a) No Direito brasileiro vige, em regra, o princípio *societas delinquere potest*.

b) A Lei 9.605/98, quando dispõe sobre os crimes contra o meio ambiente, adota a teoria da responsabilidade penal por empréstimo ou ricochete, porque é imprescindível a responsabilidade penal da pessoa natural, para haver responsabilidade penal da pessoa moral.

c) A teoria da ficção de Savigny diz que a pessoa moral é independente dos indivíduos que a compõem, é um ser real que pode atuar mal, delinquir e ser punido.

d) Segundo o princípio da personalidade da pena (art. 5º, XLV/CF), a sanção penal deve ser imposta ao autor material do delito. Como possui personalidade jurídica, a pessoa moral pode receber pena.

e) O art. 173, § 5º/CF dispõe que: "A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-o às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular." Então, a pessoa moral pode praticar o crime de agiotagem ou usura pecuniária (art. 4º, "a", da Lei 1.521/51) e receber pena de prisão.

24- Assinale a alternativa correta. O superior hierárquico que desfere um tapa nas nádegas de sua colega de trabalho em logradouro público, deixando-a constrangida:

- a) pratica assédio sexual.
- b) pratica constrangimento ilegal.
- c) pratica atentado violento ao pudor.
- d) pratica vias de fato.
- e) pratica importunação ofensiva ao pudor.

25- Um policial militar negro, no exercício de sua função, foi chamado de “macaco preto”:

- a) houve crime de desacato.
- b) houve crime de racismo.
- c) houve crime de desobediência.
- d) houve crime de injúria qualificada.
- e) o fato é atípico.

26- Assinale a alternativa FALSA.

- a) A simples condução desabilitada de veículo automotor em via pública não é mais contravenção penal (art. 32/LCP), diante do novo Código de Trânsito que trata da conduta como infração administrativa, em harmonia com o princípio da intervenção mínima e da fragmentariedade.
- b) A possibilidade de progressão do regime de cumprimento de pena por salto é decorrência da aplicação do princípio da humanidade e da individualização da pena na fase de execução.
- c) O percentual de acréscimo da pena pela ocorrência do crime continuado é fixado tendo-se em vista o número de infrações cometidas pelo delinqüente, o que expressa a incidência do princípio da proporcionalidade.
- d) O princípio da lesividade assegura a punição do uso de substância entorpecente (art. 16 da Lei 6.368/76), mesmo que somente haja dano à saúde do usuário.
- e) Segundo o princípio da legalidade, a *abolitio criminis*, instituída por medida provisória, não pode retroagir para beneficiar o réu.

27 - Assinale a assertiva correta:

O agente que, de arma em punho, invade uma mercearia, mata o proprietário e causa lesões graves no responsável pelo caixa do estabelecimento, ambos atingidos por tiros, e depois foge com o dinheiro do caixa da mercearia, deve responder:

- a) Por um só latrocínio, já que somente um patrimônio se viu atingido, sobre o qual incidirá a causa especial de aumento de pena do emprego de arma (CP, 157, § 2º, I).
- b) Por dois crimes, latrocínio (CP, 157, § 3º, segunda parte) e por roubo qualificado por lesão corporal grave (CP, 157, § 3º, primeira parte), em concurso material.
- c) Por um só latrocínio, servindo a pluralidade de vítimas como circunstância judicial para a dosimetria da pena.
- d) Por latrocínio e tentativa de latrocínio, em concurso formal, majorando-se a pena em face do emprego de arma (CP, 157, § 2º, I).
- e) Por um latrocínio e por uma tentativa de homicídio em continuidade delitiva.

28- Funcionário Público que, no exercício de suas funções, exige para si, a fim de liberar pagamento devido a fornecedor do Estado, um percentual do valor a ser creditado, sob pena de retardar o pagamento, comete o crime de:

- a) Concussão em sua forma tentada (art. 316, c/c art. 14, II, CP), isso caso o credor não aceite pagar a propina.
- b) Peculato consumado (art. 312, CP), se o credor aceita a “oferta” e permite que o funcionário público efetue o desconto do valor combinado de seu crédito, mesmo que depois o agente não venha a ter proveito com o produto do crime.
- c) Concussão consumada (art. 316, CP), sendo irrelevante o fato de que tenha o agente obtido ou não o que exigiu da vítima, já que se trata de crime formal.
- d) Corrupção passiva própria, porque o ato funcional era, na origem, lícito, vez que o crédito existia.
- e) Advocacia administrativa (art. 321, CP), uma vez que o agente, valendo-se de sua qualidade de funcionário público, defende interesse privado perante a administração pública.

29- "A", visando defender-se da agressão a faca proveniente de "B", saca de seu revólver e efetua um disparo contra o agressor que, no entanto, vem a atingir "C", que a tudo assistia, encontrando-se muito próximo aos acontecimentos. "C", em decorrência do tiro, vem a falecer. Acusado de homicídio, "A" pode argüir em sua defesa, corretamente:

- a) Estado de necessidade exculpante, uma vez que não se podia exigir do agente, ante as circunstâncias descritas, conduta diversa.
- b) Excesso de legítima defesa exculpante, tendo o agente suprimido seu juízo de censura devido ao medo ou ao susto provocado pelo acusado, que geraria a exclusão da culpabilidade.
- c) Legítima defesa putativa, já que justificável o erro do autor, com o que se excluiria o dolo da sua ação de matar.
- d) Legítima defesa real, porque presentes todos os elementos de sua definição legal.
- e) Legítima defesa putativa, por erro accidental na execução da defesa a que não deu causa o agente.

30- À luz do que dispõe o Código Penal, podemos afirmar que:

A - A exceção da verdade é admitida nos crimes de difamação, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

B - É admissível o perdão judicial no crime de difamação.

C - Nos crimes de difamação e calúnia há ofensa à honra subjetiva e, no crime de injúria, à honra objetiva.

D - No crime de injúria, não se admite a argüição de exceção da verdade.

E - Os mortos podem figurar como vítimas nos crimes de difamação.

F - O parcialmente capaz, nos termos da lei civil, pode ser sujeito passivo do crime de injúria.

- a) as afirmações A, D e F são incorretas.
- b) as afirmações B, C e D são corretas.
- c) somente as afirmações A, E e F são corretas.
- d) as afirmações B, C e E são incorretas.

e) todas as afirmações são corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31- Assinale a alternativa **INCORRETA** :

- a) no inquérito policial podem requerer diligências: o Ministério Público, o indiciado, o ofendido ou seu representante legal;
- b) se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, permitindo o ajuizamento de ação penal privada subsidiária, poderá o Promotor de Justiça repudiar a queixa, oferecendo denúncia substitutiva;
- c) tendo sido o arquivamento do inquérito policial efetivado por requerimento do Promotor de Justiça e ordenamento do Juiz, pode a autoridade policial proceder a novas investigações;
- d) estando o processo ainda na fase de instrução, uma vez revogada a prisão preventiva, o mesmo juiz não poderá decretá-la novamente;
- e) o Ministério Público não é ouvido previamente para a prestação de fiança pelo infrator.

32- Assinale a alternativa **CORRETA** :

- a) o acusado é obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas em juízo, pois o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua própria defesa;
- b) no processo penal a confissão é indivisível e irretroatável;
- c) na instrução criminal serão ouvidas somente as testemunhas que forem previamente arroladas pelas partes, na denúncia e na defesa prévia;
- d) no processo penal, a citação será feita por hora certa, quando o lugar em que estiver o réu for inacessível, em virtude de epidemia, guerra ou por outro motivo de força maior;
- e) a intimação do advogado do querelante é feita por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.

33 - Escolha a alternativa **CORRETA** :

- a) nos crimes de competência do júri, o juiz sumariante irá impronunciar o acusado, quando se convencer da existência de circunstância que exclua o crime ou isente de pena o réu;
- b) a intimação da sentença de pronúncia se o crime for inafiançável será feita ao réu: pessoalmente se estiver preso; pessoalmente ou ao defensor por ele constituído; mediante edital sempre que o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado;
- c) o juiz de direito ao sentenciar o infrator penal poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave;
- d) durante o julgamento em plenário não será permitida a produção de leitura ou documento que não tiver sido comunicado à parte contrária, com antecedência, pelo menos de dois dias, compreendida nessa proibição a leitura de jornais, ou qualquer escrito, cujo conteúdo versar sobre matéria de fato constante do processo;
- e) nos crimes dolosos contra a vida, punidos com reclusão, a legislação prevê o número legal de oito testemunhas para serem arroladas no libelo e ouvidas em plenário.

34- Discordando o Magistrado da conduta profissional do Promotor de Justiça, que se encontra em exercício, em estágio probatório, em determinada Comarca, o qual se manifestou pelo arquivamento dos autos de inquérito policial, que apura delito de receptação culposa, o procedimento correto do Juiz da Comarca será :

- a) oficiar ao Procurador-Geral de Justiça comunicando o fato;
- b) oficiar à Corregedoria-Geral do Ministério Público requerendo providências;
- c) remeter o inquérito policial ao Promotor de Justiça Substituto;
- d) remeter o inquérito policial ao Procurador-Geral de Justiça para providências;
- e) proceder ao convencimento do Promotor para o oferecimento de denúncia.

35- A representação torna-se irretratável :

- a) após o recebimento da denúncia;
- b) após o oferecimento da denúncia;
- c) após a concessão de habeas corpus para trancamento da ação penal;
- d) após a prolação da sentença;
- e) após a admissibilidade do recurso em sentido estrito.

36- Sobre competência é **INCORRETO** afirmar que:

- a) de acordo com a regra geral, a competência fixa-se pelo lugar em que se consumou a infração ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução;
- b) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida atrai a competência dos crimes de outras naturezas a eles conexos;
- c) os crimes de responsabilidade praticados por Prefeitos são da competência do Tribunal de Justiça para processo e julgamento, enquanto estiverem os Prefeitos no exercício de seu mandato;
- d) o Juizado Especial Criminal é competente para julgar os delitos de menor potencial ofensivo, assim considerados, segundo artigo 61 da Lei nº 9.099/95, aqueles em que a lei prevê pena máxima não superior a um (01) ano, desde que não estejam enumerados dentre os que se processam através de rito especial;
- e) a Justiça Militar Estadual é competente para processar e julgar crime de abuso de autoridade previsto na Lei nº 4.898/65, praticado por policial pertencente aos quadros da Polícia Militar Estadual, em serviço, contra civil.

37 - Analise as seguintes afirmativas:

- I- O contraditório é um dos mais importantes princípios que regem o processo penal, segundo o qual se assegura à parte acusada amplo direito de apresentar provas em sua defesa, não se estendendo o princípio em questão à parte acusadora.
- II- O sigilo das votações dos jurados no Tribunal do Júri constitui exceção à regra do princípio da publicidade dos atos processuais.
- III- O princípio da indisponibilidade, decorrente do princípio da obrigatoriedade, vigora somente na fase judicial em relação ao Ministério Público, uma vez que na fase de inquérito é possível à autoridade policial, quando entender cabível, arquivar os autos na própria repartição policial sem remessa à Justiça.

São **VERDADEIRAS** as afirmações:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) II
- e) todas

38 - É INCORRETO afirmar que:

- a) as testemunhas e a vítima, antes de serem ouvidas, na fase policial e em juízo, devem ser advertidas das penas do falso testemunho e compromissadas a dizerem somente a verdade daquilo que souberem sobre os fatos;
- b) exceto na Acareação, as testemunhas são ouvidas separadamente, de modo que umas não tomem conhecimento do depoimento das outras;
- c) estão isentos de compromisso ao depor os pais, filhos, irmãos, cônjuge, todos do (a) indiciado (a) ou do (a) acusado (a), bem como os menores de 14 anos de idade;
- d) o não comparecimento injustificado da testemunha para depor perante à autoridade policial ou em juízo, mesmo quando pessoalmente intimada, acarreta a sua condução coercitiva e a responsabilização por crime de desobediência (art. 330 CP);
- e) é facultado a retirada do réu da sala de audiência, por ocasião da inquirição de testemunha, quando a presença dele puder, eventualmente, influenciar no ânimo da testemunha, ressalvada, sempre, a permanência do Defensor.

39 - Processado determinado réu, reincidente, por crime de roubo com causa especial de aumento de pena, em razão do concurso de pessoas (art. 157, § 2º, II, CP), na fase decisória, o delito veio a ser desclassificado para o de tentativa de roubo simples (art. 157, *caput*, c.c. art. 14, II, CP), sendo o acusado condenado às penas mínimas de reclusão e de multa previstas para o delito desclassificado, fixado o regime aberto para o cumprimento da reclusão, substituída a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, em consequência concedido ao condenado o direito de recorrer em liberdade e determinada a expedição de Alvará de Soltura ao sentenciado que, até então, respondia ao processo preso em virtude da autuação em flagrante delito.

Inconformadas, pretendem recorrer tanto a Acusação quanto a Defesa.

O Ministério Público busca tão-somente a modificação do regime para o semi-aberto e a cassação do benefício da conversão da pena de reclusão em restritivas de direitos.

A Defesa, por sua vez, primeiramente, busca a anulação da sentença ao argumento de que não houve apreciação na sentença de uma de suas teses sustentadas em alegações finais. No mérito, deseja um decreto absolutório por insuficiência de provas para a condenação e, alternativamente, a desclassificação para o delito de tentativa de furto simples (art. 155 c.c. art. 14, II, CP).

No entanto, antes mesmo de ser publicada a sentença, portanto, anteriormente também à interposição de seu recurso, o réu empreendeu fuga do estabelecimento prisional onde se encontrava.

Pergunta-se: Quais os recursos próprios cabíveis para a situação supra narrada ?

- a) apelação para a Acusação e apelação para a Defesa;
- b) agravo para a Acusação e apelação para a Defesa;
- c) apelação para a Acusação e Recurso em sentido estrito para a Defesa, no que se refere à arguição de nulidade da sentença, sem prejuízo da interposição, concomitante, de apelação quanto à matéria de mérito;
- d) recurso em sentido estrito para a Acusação e apelação para a Defesa;
- e) somente é cabível apelação para a Acusação, pois o réu condenado, que foge da prisão, perde o direito de interpor qualquer recurso.

40 - Assinale a alternativa INCORRETA :

- a) a efetiva suspensão condicional do processo nos termos do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 pressupõe a existência de uma ação penal, ou seja, uma denúncia previamente recebida;
- b) o § único do artigo 291 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) prevê regra de extensão da transação penal, prevista no artigo 76 da Lei nº 9.099/95, a alguns delitos de trânsito não enquadrados no conceito de menor potencial ofensivo trazido pelo artigo 61 da Lei nº 9.099/95;
- c) a inobservância da notificação prévia do funcionário público, ainda na ativa, denunciado por crime praticado, no exercício de suas funções, contra a administração pública, para que ofereça resposta antes do recebimento da denúncia (artigo 514 CPP), não se constitui causa de nulidade processual;
- d) recebendo o preso autorização judicial para saída temporária, o seu não retorno, injustificado, ao estabelecimento prisional onde cumpria pena em regime semi-aberto, pode dar causa à regressão de regime;
- e) antes da subida dos autos à instância superior para apreciação de recurso interposto contra decisão proferida por Juiz da Infância e Juventude, em procedimento instaurado para apuração de ato infracional cometido por adolescente, é indispensável a manifestação do Magistrado sobre a manutenção ou não da decisão recorrida.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

41- Pedro emprestou R\$10.000,00 (dez mil reais) a seu amigo Mário. No vencimento da obrigação Mário não pagou o empréstimo. Pedro, dispondo de título executivo, ingressa com a ação de execução. Nenhum bem de Mário é encontrado para ser penhorado. Pedro, porém, descobre que Mário, após vencido o débito e antes de ajuizada a execução, vendeu para seu irmão Igor o único imóvel de que era titular: o apartamento em que vivia com sua esposa e seus filhos, avaliado em R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Assinale a alternativa **CORRETA** à luz da legislação em vigor:

- a) O negócio jurídico de compra e venda é eficaz, não podendo, portanto, o imóvel ser penhorado na execução.
- b) O ato de alienação do imóvel é nulo *pleno iure*, podendo o vício ser reconhecido de ofício pelo juízo da execução ou a requerimento do Ministério Público.
- c) Porque configurada a fraude à execução, o ato de alienação do imóvel é ineficaz, não produzindo seus efeitos em relação ao credor Pedro.
- d) O negócio jurídico de compra e venda do imóvel é anulável pelo vício da fraude contra credores, devendo ser decretado nos próprios autos da execução.
- e) n.d.a.

42- A Lei n.º 6.015, de 31.12.1973 (Lei de Registros Públicos) regula uma série de procedimentos em que consigna a necessidade de oitiva do representante do Ministério Público. São procedimentos em que a lei de registros públicos prevê a participação do Ministério Público, **EXCETO**:

- a) Restauração, suprimimento e retificação de assentamento no registro civil.
- b) Substituição do prenome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime.
- c) Habilitação para o casamento, com emissão de certidão de que os interessados se acham habilitados para se casarem.
- d) Assento de óbitos de pessoas falecidas a bordo de navio brasileiro e o registro de óbitos verificados em campanha.
- e) Retificação de erro constante do registro de imóveis de que resultar alteração da descrição das divisas ou da área do imóvel.

43- João doou a Maria uma fazenda de que era proprietário no Município de Sete Lagoas/MG. Na escritura pública de doação, devidamente registrada, consignou-se cláusula segundo a qual o bem reverteria para o patrimônio do doador se a donatária Maria falecesse antes de João. No que tange aos efeitos da doação pactuada, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Falecendo João antes de Maria a propriedade se consolidará na titularidade desta última.
- b) A cláusula de reversão, nos moldes da ajustada na doação descrita no enunciado, configura condição resolutiva.
- c) João não poderá reaver o imóvel se, falecendo Maria primeiro, tiver sido transferido pela donatária a terceiros. Nesta hipótese, o doador poderá apenas exigir dos sucessores de Maria indenização por perdas e danos.
- d) Maria é titular de propriedade resolúvel. No regime desta, se a doação for resolvida por outra causa superveniente (p. ex., ingratidão de Maria), o imóvel doado não poderá ser

reivindicado, pelo doador, de terceiros que o tiverem adquirido do donatário por título anterior à resolução do domínio.

e) nda.

44- Considere as proposições abaixo:

I) A responsabilidade civil do empregador decorrente de acidente do trabalho é objetiva. Assim, pretendendo o empregado acidentado obter diretamente do empregador a reparação dos prejuízos está dispensado da prova da culpa ou dolo.

II) A responsabilidade civil dos notários e registradores pelos atos ilícitos praticados no exercício de suas atividades delegadas é objetiva.

III) Os pais podem apenas se eximir da responsabilidade civil decorrente dos atos ilícitos de seus filhos menores provando caso fortuito e força maior.

Assinale a opção **CORRETA**:

a) Todas as proposições são verdadeiras.

b) Todas as proposições são falsas.

c) Apenas a proposição III é verdadeira.

d) Apenas a proposição II é verdadeira.

e) As proposições II e III são verdadeiras.

45- Considere as seguintes proposições acerca dos contratos mercantis:

I) Uma distinção que pode ser apontada entre o contrato de franquia e o de representação comercial está em que neste o representante exerce habitualmente a atividade de intermediação, agenciando propostas ou pedidos, para transmiti-los ao representado, mediante comissão; já na franquia, o franqueado não exerce atividade de intermediação, contratando ele próprio, por sua conta e risco, com o consumidor a venda ou prestação de serviço.

II) O contrato de *leasing* (arrendamento mercantil), qualquer que seja a sua modalidade, apenas pode ter por objeto bens móveis ou semoventes.

III) O *leasing* operacional se assemelha à compra e venda com reserva de domínio, porque em ambos as quantias entregues parceladamente constituem a amortização de seu preço, conservando-se arrendante e vendedor com a propriedade do bem até o implemento integral de seu custo.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Somente a proposição I é verdadeira.

b) Somente a proposição II é falsa.

c) Somente a proposição III é falsa.

d) Todas as proposições são verdadeiras.

e) As proposições I e III são verdadeiras.

46- A Lei n.º 10.303, de 31 de outubro de 2001 alterou e acrescentou dispositivos à Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), tendo incidência imediata para as companhias que se constituíram a partir de sua publicação e para as demais, após 120 dias. Considerando as inovações introduzidas é **CORRETO** afirmar que:

- a) As sociedades abertas poderão criar partes beneficiárias para alienação onerosa, ou para atribuição gratuita a sociedades ou fundações beneficentes de seus empregados.
- b) O estatuto da sociedade poderá estabelecer que as divergências entre os acionistas e a companhia, ou entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários, poderão ser solucionadas mediante arbitragem, nos termos em que especificar.
- c) Todos os prazos prescricionais para o ajuizamento de ações contra a sociedade, seus acionistas e administradores foram ampliados para três anos.
- d) A Assembléia Geral foi autorizada a deliberar, nas companhias abertas, a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido, exclusivamente para a captação de recursos por debêntures não conversíveis em ações, ainda que haja a oposição de qualquer acionista presente.
- e) n.d.a.

47- Todas as afirmativas abaixo estão corretas, exceto:

- a) Na sucessão legítima o companheiro(a) está em terceiro lugar na ordem da vocação hereditária.
- b) O direito de representação hereditária dá-se na linha reta descendente, na linha transversal em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmão deste concorrem, mas nunca na linha ascendente.
- c) São considerados herdeiros necessários somente os da classe descendente, que obrigatoriamente receberão pelo menos 50% do valor de sua quota-parte da herança.
- d) O testador só pode conceder ao testamentário posse e administração da herança se não houver cônjuge ou herdeiro necessários.
- e) O credor pode, em nome do herdeiro renunciante, aceitar a herança.

48- Todas as afirmativas abaixo são incorretas, exceto:

- a) A prescrição da pretensão de imposição da obrigação alimentar é de 5(cinco) anos.
- b) A curatela é um instituto de proteção aos incapazes em razão de doença mental e idade.
- c) A obrigação alimentar cessa sempre com a maioridade civil.
- d) O casamento nuncupativo deverá seguir o regime da separação de bens.
- e) O instituto da tutela é incompatível com o pátrio poder.

49- Marque a afirmativa incorreta:

- a) O regime de bens é imutável e as mulheres com mais de 60 (sessenta) anos só podem se casar pelo regime da separação de bens.
- b) Com a morte de um dos cônjuges separado judicialmente, o estado civil do sobrevivente passa a ser viúvo.
- c) Os nubentes têm liberdade, antes de celebrado o casamento, de escolher o regime de bens, desde que sejam apenas os regimes ali descritos, não podendo estipular cláusulas diversas do estabelecido em um dos regimes previstos pelo CCB.
- d) Dentre os impedimentos absolutos e relativos para o casamento, estão, respectivamente, o incesto e a idade inferior a 16 (dezesseis) anos para as mulheres.

e) Os frutos civis do trabalho de cada cônjuge não se comunicam no regime de bens da comunhão universal.

50- Em relação ao fim da sociedade conjugal, é correto afirmar:

- a) Somente a anulação e o divórcio dissolvem o casamento.
- b) O termo inicial para contagem do prazo para o divórcio indireto é a partir da separação judicial e/ou da separação de corpos decretada judicialmente.
- c) Após um ano de separação judicial consensual, caso queiram, os cônjuges poderão restabelecer a sociedade conjugal, inclusive alterando o regime de bens.
- d) Os cônjuges poderão requerer separação judicial litigiosa e anulação de casamento a qualquer momento, e a separação consensual após 02(dois) anos de casados.
- e) Na separação judicial não é obrigatório o partilhamento dos bens adquiridos na constância do casamento e a mulher deverá restabelecer seu nome de solteira.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51- Assinale a alternativa incorreta:

I. A teleologia do parágrafo 2º do art. 499 do C.P.C. - que dispõe sobre a legitimidade do Ministério Público para recorrer nos processos em que é parte ou mesmo *custos legis* - encontra-se hoje parcialmente derogada, por força de súmula editada pelo Superior Tribunal de Justiça;

II. O Ministério Público não detém legitimidade para recorrer - quando funcionou nos autos como *custos legis* - se porventura o interesse das partes litigantes coincidir com o teor da prestação jurisdicional;

III. Ao órgão de execução do Ministério Público, em razão do princípio da indivisibilidade institucional, é recomendado vincular-se ao conteúdo de anterior manifestação de outro promotor de Justiça no processo, objetivando uma célere e coerente prestação jurisdicional;

IV. A atuação recursal do Ministério Público estará sempre a mercê da prévia e expressa demonstração da defesa de interesse próprio, sob pena de restar exacerbada a sua legitimidade recursal;

V. O interesse recursal, por ser corolário da legitimidade *ad processum*, é para o Ministério Público sempre presumido, se e quando a lei lhe conferir legitimidade para intervir.

- a) As alternativas II e III;
- b) A alternativa I;
- c) As alternativas III e V;
- d) As alternativas I, III e IV;
- e) As alternativas I, II, III e IV.

52- Entende-se por *intimação pessoal* do órgão de execução do Ministério Público, nos moldes da compreensão que o legislador instalou no artigo 236 §. 2º, do Código de Processo Civil:

- a) Aquela também procedida por intermédio de publicação no órgão oficial, desde que conste expressamente o nome do órgão de execução ministerial atuante no feito;
- b) A ciência de atos ou termos do processo procedida através de oficial de Justiça ao promotor de Justiça;
- c) Trata-se de uma prerrogativa consistente na ciência de atos ou termos do processo à pessoa do representante do *parquet*, através de entrega dos autos com vista;
- d) Semelhante prerrogativa se dá apenas quando o representante do Ministério Público atuar na condição de *custos legis*, tendo em vista a quantidade, variedade de feitos e partes que exigem a atuação ministerial;
- e) Por tratar-se de privilégio processual, a nossa lei processual adjetiva determina a remessa dos autos ao órgão do Ministério Público, apenas e tão somente nas hipóteses em que aquele funcione como parte (isto é, autor ou réu).

53- Os recursos especial e extraordinário - de índole constitucional - possuem requisitos de admissibilidade genéricos e específicos, albergados tanto na legislação específica quanto em sede de regular jurisprudência superior. Em sendo assim:

- I. A configuração do instituto do prequestionamento de disposições ordinárias federais e/ou constitucionais traduz-se na emissão, pelo juízo *a quo*, de intelecção de valor explícito a respeito de semelhantes cânones. Isso significa dizer, que não se trata apenas da indicação formal de lei e/ou de cânone magno, eventualmente aplicáveis à espécie;
- II. Deve haver expressa arguição, no bojo do recurso raro, de ofensa ou negativa de vigência de disposições infraconstitucionais federais e/ou magnas, assim tratadas na decisão recorrida;
- III. É possível o exame de eficácia ou verossimilhança, em tese, de determinado meio de prova;
- IV. A exigência da configuração do prequestionamento é indispensável para a manutenção da hierarquia das instâncias jurisdicionais existentes no Brasil;
- V. É necessário o exaurimento prévio das instâncias ordinárias. É defeso ao recorrente raro a interposição de recurso extraordinário *per saltum*, desistindo do recurso ordinário cabível.

Estão corretas:

- a) As alternativas I, II e IV;
- b) Apenas a alternativa II;
- c) As alternativas I, II, IV e V;
- d) As alternativas II e V;
- e) Todas as alternativas acima.

54- Sobre Ação Popular e Mandado de Segurança e a instituição do Ministério Público, é induidoso afirmar que:

- I - A atuação do Ministério Público no pólo ativo da relação processual formada a partir de ação popular, após a desistência do autor, é sempre obrigatória, porquanto o interesse público restará sempre intrínseco;

II - O instituto do Mandado de Segurança presta-se à defesa de interesses públicos subjetivos pelo Ministério Público;

III - Nos termos da norma magna específica, a conduta imoral do administrador público entremostra-se como um fundamento independente ou autônomo e, por isso, suficiente, para a propositura da ação popular;

IV - O pronunciamento do Ministério Público em sede de Mandado de Segurança processualmente apto, está condicionado ao livre arbítrio do juiz, se este entender inócua qualquer interesse que demande a manifestação do *parquet*;

V - Autoridade coatora é a pessoa que determina ou omite a prática do ato impugnado, e que, também, possui a responsabilidade funcional de defender o ato inquinado de ilegal ou abusivo.

Estão corretas:

- a) As alternativas II, III e V;
- b) As alternativas I, II e IV;
- c) As alternativas IV e V;
- d) As alternativas I, IV e V;
- e) Nenhuma das alternativas.

55- É correto afirmar em sede de embargos declaratórios:

a) Que a decisão proferida em decorrência de sua interposição não se integra à decisão omissa, porquanto a natureza jurídica desse recurso é tão somente a de esclarecer a decisão embargada;

b) Visam espancar obscuridade, contradição e/ou dúvida instalados na decisão omissa;

c) Podem, casualmente, deter caráter infringente, de molde a permitir a impressão de efeitos modificativos no bojo da decisão omissa, contraditória ou materialmente incorreta;

d) Se manejados com o intuito de suscitar prequestionamento, na eventualidade de o órgão julgador insistir na omissão, é cabível a imposição da multa de que trata o parágrafo único do artigo 538, do Código de Processo Civil .

e) O Ministério Público não detém a prerrogativa discriminada no artigo 188 do Código de Processo Civil, quando agitar embargos declaratórios com a finalidade de aviar recursos especial e/ou extraordinário, eis que a dilação do prazo recursal reside apenas nas instâncias ordinárias.

56- Na valoração da prova, encontramos no decorrer da história do direito civil adjetivo os seguintes sistemas, assim compreendidos:

I - A convicção do julgador depende dos fatos segundo os quais se alicerça a relação jurídica em controvérsia;

II – O critério da persuasão racional, porquanto preocupado com a verdade formal, resta hodiernamente sobrepujado;

III – Pode-se dizer que o sistema da persuasão racional encontra sinonímia com o sistema da livre convicção;

IV - Tanto o sistema do livre convencimento como o da persuasão racional facultam ao juiz decidir sem atentar para a prova dos autos;

V – O critério legal, que se traduz nos autos como uma autêntica verdade formal, vai de encontro ao sistema da persuasão racional.

Estão corretas:

- a) As alternativas I, II e IV;
- b) As alternativas I e IV;
- c) As alternativas I, III e V;
- d) As alternativas I e V;
- e) Todas as alternativas acima.

57- Ao intentar ação de perfilhação compulsória, por força do que dispõe a Lei nº. 8.560/92, o órgão de execução do Ministério Público agirá:

- a) Como autêntico procurador da parte hipossuficiente e devidamente autorizado pela genitora daquela (qual seja, a criança investigante);
- b) Como efetivo órgão assistente, indispensável na afirmação de um direito individual indisponível, como assim prevê o artigo 227 da Constituição Federal;
- c) É apenas uma hipótese de legitimação extraordinária, onde o Ministério Público, em nome próprio, postula direito personalíssimo do investigante;
- d) Por cuidar a investigação de paternidade da tutela de direitos individuais personalíssimos, cabe ao Ministério Público, por força de sua legitimação, nesse feito atuar apenas como *custos legis*, sob pena de vulnerar disposição constitucional que reserva ao *parquet* a tutela de interesses individuais homogêneos, apenas coletivamente;
- e) A norma infraconstitucional em questão atribui legitimação exclusiva ao Ministério Público, porquanto implicitamente afasta quem detém legítimo interesse para intentar ação investigatória de paternidade.

58- Marque a opção correta, a partir das decisões que se seguem:

I - Não satisfeito, para a formação de seu convencimento o Desembargador Relator, apreciando recurso de apelação, converteu o julgamento em diligência, determinando a oitiva de testemunha arrolada pelo autor, mas dispensada em primeiro grau;

II – Ari, com 16 (dezesseis) anos de idade, estudante, acostando à petição inicial cópia autenticada de seu título de eleitor, através de seu advogado constituído manejou ação popular contra o Município de Belo Horizonte/MG, alegando superfaturamento em licitação. O Juiz da Vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte determinou emenda à inicial, para que fosse acostada assistência dos pais do autor. Apesar do autor alegar sobre a desnecessidade dessa providência, após ouvir o Ministério Público, o Juiz extinguiu o processo, haja vista não ter sido cumprida a sua determinação;

III – Maria José de Souza, residente em Montes Claros, propôs ação de anulação de casamento contra o seu marido, Antônio Carlos de Souza, na Comarca de Grão Mogol, onde este reside atualmente. Após a contestação de Antônio Carlos, ouvido, o Promotor de Justiça manejou exceção de incompetência, porquanto, com base no artigo 100, inciso I, do Código de Processo Civil, o foro competente é o da residência da mulher. O Juiz da Comarca de Grão Mogol extinguiu a exceção, fundamentando que o Ministério Público não tem legitimidade para arguir incompetência territorial.

- a) I e II estão corretas;
- b) I e III estão corretas;
- c) II e III estão corretas;
- d) I, II e III estão corretas;
- e) II e III estão incorretas.

59- Sobre litisconsórcio, é correto afirmar:

- a) O juiz poderá limitar o litisconsórcio - seja ativo ou passivo - necessário quanto ao número de litigantes, quando isso comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa;
- b) Não estando presentes no polo passivo da demanda todos os litisconsortes necessários, pode o Juiz, de plano, extinguir o processo;
- c) Não existe a obrigatoriedade de citação dos demais concorrentes aprovados em concurso público e classificados à frente do impetrante de mandado de segurança, no qual o autor pretende a sua nomeação em detrimento daqueles, pois se trata de litisconsórcio facultativo;
- d) O litisconsórcio passivo formado na ação de usucapião é o necessário simples;
- e) São litisconsortes facultativos todos os herdeiros do indigitado pai, posto que, também, é parte legítima o espólio, na ação de investigação de paternidade *post mortem*.

60- Quanto ao instituto da intervenção de terceiros, é correto afirmar:

- a) Em ação direta de inconstitucionalidade não cabe a intervenção de terceiros;
- b) O Ministério Público pode formular denúncia da lide quando atua como *custos legis*;
- c) Não é possível a denúncia da lide feita de forma sucessiva;
- d) Tanto o autor quanto o réu, têm legitimidade para requerer o chamamento ao processo do devedor principal ou dos demais co-devedores solidários;
- e) A extinção da ação principal obsta o prosseguimento da oposição.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61- De acordo com a Lei nº 8429/92 (“Lei de Improbidade Administrativa”), é correto afirmar que pode(m) figurar no pólo passivo de uma ação de improbidade administrativa:

- a) somente os agentes públicos, servidores ou não, por atos de improbidade praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios;
- b) somente os agentes públicos efetivos, por atos de improbidade praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e do Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual;
- c) qualquer pessoa física ou jurídica, mesmo não sendo agente público, que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- d) qualquer pessoa física, desde que agente público, que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- e) qualquer pessoa física ou jurídica, mesmo não sendo agente público, que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, desde que praticado contra pessoa jurídica de direito público.

62- Quando se trata de ação civil pública, consoante a Lei nº 7347/85, **não é correto** afirmar que:

- a) a ação civil pública é um dos meios pelos quais o legitimado busca as responsabilidades pelos danos morais e patrimoniais causados: ao meio ambiente; ao consumidor; a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; a qualquer outro interesse difuso e coletivo e por infração da ordem econômica e da economia popular;
- b) na ação civil pública o Ministério Público quando não for parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, assumindo a titularidade ativa quando houver desistência infundada ou abandono da ação proposta por outro legitimado;
- c) pode o juiz fixar multa cominatória nas ações que tenham por objeto obrigação de fazer ou não fazer, mesmo que não tenha sido requerida pelo autor;
- d) proposto o arquivamento do Inquérito Civil pelo Promotor de Justiça e rejeitado pelo Conselho Superior do Ministério Público, sob o fundamento de existência de justa causa e de provas suficientes para a propositura de ação civil pública, os autos retornarão ao Promotor de Justiça para que este proponha a ação no prazo legal;
- e) o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública, e, por seu turno, o juiz que no exercício de suas funções tiver conhecimento de fatos que possam dar ensejo a propositura da ação civil, deverá remeter peças ao Ministério Público para a adoção das providências cabíveis.

63- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), em relação à apuração de prática de ato infracional, **é correto** afirmar que:

- a) não poderá ser apreendido o infrator, devendo ser lavrado auto circunstanciado do ocorrido e liberado o adolescente mediante termo de compromisso de sua apresentação ao representante do Ministério Público, assinado pelo pais ou responsáveis, no mesmo dia, ou não sendo possível, no primeiro dia útil imediato;
- b) o menor apreendido em flagrante ou por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente, para fins de lavratura de auto circunstanciado do ato infracional praticado.
- c) no caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa, o adolescente não poderá ser liberado, devendo permanecer internado até o término de seu processo, que não poderá tramitar por prazo superior a 45 dias.
- d) no caso de flagrante de ato infracional, quando o adolescente não for liberado, a autoridade policial o encaminhará, desde logo, à autoridade judicial competente, juntamente com cópia do boletim de ocorrência;
- e) em caso de não-liberação por flagrante de ato infracional, sendo impossível a apresentação imediata do adolescente, a autoridade policial o encaminhará a entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas.

64- Ainda com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, **é correto** afirmar que:

- a) são juridicamente irrelevantes as opiniões e preferências da criança (menor de 12 anos) nos procedimentos em que se busca sua colocação em família substituta, em razão de sua absoluta incapacidade civil;
- b) o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão;

- c) a morte dos adotantes restabelece o pátrio poder dos pais naturais, salvo se deles tiverem sido destituídos por decisão judicial, em procedimento contraditório, nos casos previstos em lei;
- d) a colocação em família substituída estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de guarda, tutela e adoção;
- e) não podem adotar os ascendentes e os colaterais do adotando até o 4º grau.

65- Quando se trata de relação de consumo, à luz da Lei 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), **não é correto** afirmar que:

- a) inexistente obrigação de pagar pelos serviços prestados ou produtos remetidos ou entregues ao consumidor, quando enviados, entregues ou prestados, sem prévia solicitação;
- b) a responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço, prevista no Código de Defesa do Consumidor, em qualquer hipótese, é objetiva e solidária;
- c) as sanções administrativas a que se sujeitam as infrações das normas de defesa do consumidor podem ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de processo administrativo;
- d) não se aplicam os prazos prescricionais previstos no Código Civil em relação à prescrição da pretensão à reparação dos danos causados por fato do produto ou serviço;
- e) condicionar fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos constitui prática abusiva, sujeitando os infratores a sanções administrativas aplicáveis pelos órgãos competentes que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC.

66- É correto afirmar que o “Estatuto da Cidade” (Lei nº 10257/01), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal/88, prevê:

- a) uma nova forma de usucapião especial coletivo que permite aos possuidores, em área urbana superior a 250 m², mediante alguns requisitos, a aquisição da propriedade, com título concedido pelo Poder Público Municipal, sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público no respectivo procedimento administrativo;
- b) o direito de preempção que confere ao Poder Público do Estado ou do Distrito Federal a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação não onerosa entre particulares, será regulamentado por decreto, baseado no plano diretor, que delimitará as áreas e as condições em que este direito poderá ser exercido;
- c) que o direito de construir somente poderá ser exercido dentro do coeficiente de aproveitamento básico adotado no plano diretor;
- d) que a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança substitui o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, para instalação de empreendimentos e atividades que a lei municipal definir; e
- e) que o plano diretor é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrantes de áreas de especial interesse turístico; entre outras.

67- Em se tratando de crimes ambientais previstos na Lei nº 9605/98, é **correto** afirmar que:

- a) é punível criminalmente a pessoa física ou jurídica que tenha causado danos ambientais decorrentes de conduta comissiva ou omissiva, independentemente de dolo ou culpa;
- b) a responsabilidade penal da pessoa jurídica, relativa a infração cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato;
- c) não poderá ser aplicada a Lei nº 9.099/95, que trata do Juizado Especial Cível e Criminal, face a premissa de que os danos ambientais sempre são de grande potencial ofensivo;
- d) a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos;
- e) entre as penas restritivas de direito aplicáveis à pessoa jurídica, poderá ser aplicada a pena de liquidação forçada no caso de estabelecimento, obra ou atividade que estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

68- Quando se trata de dano ambiental, é **correto** afirmar que a responsabilidade civil:

- a) é sempre subjetiva e solidária, devendo ser comprovado o dolo ou a culpa do causador do dano;
- b) dependendo do tipo de dano sofrido pode ser objetiva ou subjetiva;
- c) é objetiva e exclusiva, somente podendo ser responsabilizado aquele que por conduta comissiva ou omissiva foi o causador direto do dano;
- d) é objetiva e solidária, podendo ser responsabilizado quaisquer dos agentes que por ação ou omissão contribuíram para o evento danoso, havendo a possibilidade de ação regressiva contra quem tenha agido com culpa ou dolo;
- e) nenhuma das respostas anteriores é verdadeira.

69- Com base na legislação eleitoral vigente, é **correto** afirmar que:

- a) as juntas eleitorais são órgãos que integram a Justiça Eleitoral;
- b) a execução das multas eleitorais, salvo no caso das condenações criminais, deverá ser promovida pela Procuradoria da Fazenda Pública Federal perante o Juízo Eleitoral competente;
- c) a impugnação ao registro de candidato poderá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do pedido de registro, por partido político ou coligação mediante petição fundamentada dirigida ao Ministério Público Eleitoral, ou, ainda, por qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos, nesse caso, independentemente de fundamentação;
- d) as infrações penais definidas no Código Eleitoral, cuja pena máxima privativa de liberdade prevista seja inferior a 1 (um) ano, somente se processam mediante representação da vítima ou de seu representante legal;
- e) a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos somente será permitida mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral, ouvido o Ministério Público;

70- Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar Estadual 34/94, com as alterações da LC 61/01), **é correto** afirmar:

- a) as deliberações não unânimes do Conselho Superior do Ministério Público sobre revisão de arquivamento de inquéritos civis, sujeitam-se a recurso dirigido ao Colégio de Procuradores de Justiça;
- b) o candidato aprovado no concurso de ingresso na carreira será nomeado para o cargo de Promotor de Justiça Substituto, com as prerrogativas, as vedações, os vencimentos e as vantagens do cargo respectivo à entrância da comarca em que exerça suas atribuições;
- c) compete à Corregedoria Geral do Ministério Público acompanhar o estágio probatório, elaborar seu regulamento, bem como propor ao Conselho Superior do Ministério Público o vitaliciamento ou não dos membros do Ministério Público;
- d) o Procurador-Geral de Justiça, a quem compete dirimir conflitos de atribuições entre órgãos de execução do Ministério Público, pode designar outro Promotor de Justiça para funcionar em feito determinado, independentemente do consentimento do respectivo titular, desde que previamente autorizado pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- e) é vedado a membro do Ministério Público receber auxílio do poder público municipal a qualquer título, ressalvada a possibilidade de locação de imóvel às expensas da municipalidade para fins de moradia do Promotor de Justiça.

GABARITO

01.B	02.E	03.A	04.E	05.D	06.B	07.A	08.E	09.C	10.B
11.E	12.E	13.B	14.C	15.C	16.A	17.B	18.E	19.A	20.B
21.A	22.E	23.B	24.E	25.D	26.B	27.C	28.C	29.D	30.D
31.D	32.E	33.C	34.D	35.B	36.E	37.D	38.A	39.A	40.C
41.A	42.D	43.C	44.B	45.A	46.B	47.C	48.E	49.C	50.B
51.E	52.C	53.E	54.A	55.C	56.D	57.C	58.B	59.D	60.A
61.C	62.D	63.E	64.B	65.B	66.E	67.D	68.D	69.A	70.C

Prova Escrita (2º Fase)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Mediante autorização legislativa específica, o Município Y transferiu à Associação local dos Açougueiros o Matadouro Municipal mediante comodato. Posteriormente, com o negócio pronto e realizado, ingressou-se com ação popular pugnando-se pela nulidade do ato, pelos seguintes fundamentos: 1º) a “cessão de comodato” não se enquadra no rol das formas administrativas; 2º) o ato realizado traz em seu conteúdo a exploração de um serviço público, dependente, pois, de licitação.

Em sua defesa, o Município alega que, 1º) embora o comodato traduza forma de direito privado, na lei autorizativa não há renúncia dos poderes administrativos típicos (possibilidade de alteração e rescisão unilaterais das cláusulas), o que não foi refutado pelo Autor; 2º) a adjudicação direta à Associação dos Açougueiros deu-se com base no art.25 da Lei nº. 8.666/93, por ser a única da cidade, o que é verdadeiro. A Associação, por sua vez, demonstra que em seu estatuto social não há limitação para o ingresso de sócios, desde que comerciantes do ramo.

Analise os fatos acima, dando seu entendimento jurídico sobre os mesmos, fundamentadamente, sob o ponto de vista do Direito Administrativo. (4 pontos).

2) O Município X deferiu licença para que PAULO construísse prédio comercial em imóvel de sua propriedade. Antes de iniciada a obra, a municipalidade desfez o ato com o fundamento de que este contrariava o interesse público, por se tratar de prédio comercial em área exclusivamente residencial. Irrresignado, PAULO ajuizou demanda judicial para atacar o ato de desfazimento, sustentando direito adquirido e o caráter definitivo das licenças, além de postular, alternativamente, indenização. Comente sobre a argumentação de PAULO e os atos praticados pela municipalidade. (2 pontos).

3) Em vista do princípio da legalidade, é correto afirmar que qualquer crime praticado por funcionário público deve ser considerado, também, como um ato de improbidade administrativa? Justifique a resposta. (2 pontos).

4) Manoelino, chefe de uma determinada repartição pública estadual, constatou, pessoalmente, que Hermenegildo Pipira, seu subordinado, apropriava-se, diariamente, de considerável quantidade de material de uso da repartição. Após comunicar o fato a seu superior hierárquico, Dr. Felisberto, Manoelino aplicou, logo, a pena de suspensão a Hermegenildo, com fundamento no princípio da hierarquia. Instaurado o processo administrativo disciplinar, pelo Dr. Felisberto, a decisão de suspensão foi confirmada na portaria que instaurou o processo, até a decisão final. Analise o caso sob a ótica do Direito Administrativo. (2 pontos).

DIREITO CIVIL

Dissertação: Disserte sobre União Estável-Concubinato, seguindo o roteiro exemplificativo: **(4 pontos)**

- Elementos conceituais e caracterizadores;
- Diferenças em relação a casamento, namoro e sociedade de fato;
- Criação de estado civil, vínculo de parentesco e mudança de nome;
- Conseqüências patrimoniais, presunção da contribuição e do esforço comum;
- Conversão em casamento.

Questão 01: Victória de Jesus, escritora famosa, faleceu, sem testamento, em 23.01.1996. Seu primo Heitor Venâncio tornou-se seu herdeiro universal, pois era o único parente vivo à data do óbito. Heitor cedeu a Marcos, em 20.10.1996, seus direitos hereditários, aí incluídos os direitos autorais da falecida sobre suas várias obras. Este último promoveu a abertura do inventário, no qual lhe foram adjudicados os direitos autorais cedidos, assim como os demais bens da herança.

Considerando que o art. 47, da Lei n.º 5.988, de 14.12.1973, dispunha que “para os efeitos desta lei, consideram-se sucessores do autor seus herdeiros até o segundo grau, na linha reta ou colateral, bem como o cônjuge, os legatários e cessionários”;

Considerando que aludido dispositivo foi revogado pela Lei n.º 9.610, de 19.02.1998, que determina, em seus artigos 24 e 41, que por morte do autor sejam os direitos autorais respectivos transferidos a seus herdeiros, obedecida a ordem sucessória da lei civil;

Indaga-se: Marcos Barros pode ser considerado titular dos direitos autorais, por força da cessão de direitos hereditários? Fundamente. **(2 pontos)**

Questão 02: Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo investigador nas ações de investigação de paternidade é, exatamente, a costumeira recusa do investigado de se submeter ao exame de DNA. Buscando evitar os inconvenientes respectivos, também comum se tornou o pleito e a determinação judicial de condução coercitiva do investigado para fazer o exame genético. Segundo a mais recente orientação do Supremo Tribunal Federal e da doutrina, pode se considerar juridicamente correto e aceitável o expediente da condução coercitiva? Fundamente, explicando o porquê deve ou não prevalecer a orientação predominante na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **(2 pontos)**

Questão 03: “Processo civil. Fraude à execução. Sem o registro da penhora não se caracteriza a fraude à execução, salvo prova de que o adquirente tinha conhecimento da ação” (STJ, Resp 245.064-MG, rel. Min. Ari Pargendler, DJU 04.09.2000). A partir da orientação que se assentou no Superior Tribunal de Justiça acerca da necessidade de registro da penhora e da sua conseqüente oponibilidade *erga omnes*, alguns civilistas passaram a sustentar ser ela um novo direito real. Outros, apenas uma simples restrição ao direito de propriedade. À luz dos princípios que norteiam os direitos reais em geral e o de propriedade em especial, está correta alguma das teses? Por quê? **(2 pontos)**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Primeira questão: (valor: 4 pontos)

Dissertação:

“O poder de requisição do Ministério Público e a garantia constitucional do sigilo ou inviolabilidade de dados fiscais e bancários”.

Segunda Questão: (valor: 2 pontos)

No entendimento do STF, pode um Escrevente Judicial cumular seu cargo com o de Professor? Explique.

Terceira Questão: (valor: 2 pontos)

Uma Prefeitura Municipal quer questionar judicialmente a constitucionalidade de uma norma inserida na Lei Orgânica desse Município. Qual é a ação que deve propor, por quem e em que órgão judicial?

Quarta Questão: (valor: 2 pontos)

A foi denunciado pela prática do delito de furto simples. Na fase instrutória, restou provado que a confissão extrajudicial fora obtida mediante tortura.

B, diante de ameaças à sua integridade física, gravou a conversa telefônica, obtendo, desse modo, a prova da autoria do crime.

Comente as situações acima elencadas, observados os princípios e garantias constitucionais estabelecidos no artigo 5º, incisos LV e LVI, da Constituição Federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 1 (4 pontos):

O órgão de execução do Ministério Público estadual, em seguimento a preliminar procedimento investigatório, propôs adequada ação civil pública. Após descrever determinadas condutas, reiteradamente perpetradas pelo Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos – e severamente lesivas ao interesse público, busca o promotor de Justiça prestação jurisdicional que venha a coibi-las. Fundamenta o combativo membro do *parquet* que a legislação federal (Lei nº 99.999), fielmente aplicada pelo sobredito administrador público, conteria em seu bojo disposições que estariam a colidir com determinados princípios inscritos na vigente Constituição Federal (artigo 37, incisos II III e IV), não obstante a matéria exigisse certa dilação fático-probatória. O eminente Juiz da 50ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte, em plantão forense perante a 10ª Vara da Fazenda Pública Municipal, ao despachar a inicial, extinguiu liminarmente o feito. Fundamenta o Magistrado que ante a eficácia *erga omnes*, contida em toda e qualquer sentença oriunda de pedido formulado com base na Lei nº 7.347/85, a decisão meritória seria subtraída do controle das instâncias jurisdicionais superiores, mormente do excelso Supremo Tribunal Federal. Conclui S. Ex.a., advertindo, assim, que o seu julgado usurparia juízo hierarquicamente preeminente. A decisão foi publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 06 de novembro de 2001, sendo certo que o recurso ministerial restou protocolado apenas no dia 18 de dezembro do mesmo ano.

Instruções: Elabore o recurso adequado, observando e enunciando o cumprimento de todos os requisitos objetivos e subjetivos da irrisignação. Apresente, de forma expressa, todos os fundamentos jurídicos e, também, os dispositivos ordinários e constitucionais aplicáveis à espécie, discutindo os motivos pelos quais semelhantes razões recursais se prestariam a afastar os elementos de convicção contidos na decisão monocrática vulnerada. Não assine ou tampouco se identifique no recurso.

QUESTÃO 2 (2 pontos):

Após penhora de bem imóvel em execução de dívida contraída pelo marido, a mulher, casada em comunhão universal de bens, manejou embargos de devedor para defender a sua meação. Agiu corretamente? Qual a correta decisão a ser tomada pelo magistrado a partir de então?

QUESTÃO 3 (2 pontos):

O que é *processo necessário* ou *inevitável*? Exemplifique.

QUESTÃO 4 (2 pontos):

O que é, onde e quando se dá a *coisa julgada* “*secundum eventum litis*” no ordenamento processual civil brasileiro? Quais os seus efeitos e alcance?

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Prova com consulta, sendo, porém, **vedada** a consulta a toda e qualquer legislação **COMENTADA**

DISSERTAÇÃO: (valor 4,0 pontos)

Leia com atenção a seguinte sentença:

Vistos etc

O Representante do Ministério Público ofereceu denúncia contra W.R., qualificado nos autos, pela prática do delito de falsificação de documento público, previsto no artigo 297 do Código Penal, e contra A.S., qualificado nos autos, pelo cometimento de crime de uso de documento falso previsto no artigo 304 do Código Penal.

Segundo narra a peça exordial, enquanto conduzia um veículo Fusca nesta cidade e comarca, A.S. foi abordado em uma blitz realizada pela Polícia Militar, oportunidade em que, após solicitado, apresentou a falsa carteira de habilitação de fls., sobre a qual, logo de início, suspeitou-se da idoneidade, ficando posteriormente comprovada a sua falsidade material através do Laudo Documentoscópico de fls..

Encaminhado à Delegacia, A.S. esclareceu que, para a obtenção do referido documento falso, contou com a colaboração de W.R., que praticava a venda de carteiras de habilitação mediante a simples entrega de documentos pessoais e comprovante de endereço do interessado, bem como o pagamento da quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais), sem necessidade de realização de qualquer exame de praxe.

Devidamente interrogados às fls., as Defesas Prévias dos réus foram apresentadas às fls. , oportunidade em que cada réu arrolou duas testemunhas.

Durante a instrução criminal, foram ouvidas as cinco testemunhas de acusação arroladas na denúncia, duas testemunhas de defesa do acusado A.S. e uma testemunha de defesa do acusado W.R, tendo este desistido da outra, que não foi localizada, com o que concordou a acusação.

Na fase do artigo 499 do Código de Processo Penal, o Ministério Público requereu a atualização dos antecedentes dos denunciados, diligência juntada às fls. , quando se pôde constatar já ter sido A.S. condenado com sentença transitada em julgado, anteriormente à data dos fatos tratados neste processo, dentro do interregno de cinco (05) anos. As Defesas dos acusados nada requereram na mesma fase processual.

Em alegações finais, o Ministério Público analisa separada e detalhadamente as declarações dos réus e depoimentos testemunhais colhidos, bem como a prova pericial, protestando, ao final, pelas condenações de ambos

os acusados nos termos da denúncia, considerando-se, ainda, a reincidência na fixação da pena do réu A.S..

A Defesa de W.R., na fase do artigo 500 do Código de Processo Penal, pugna pela absolvição sob a tese de negativa de autoria e a Defesa de A.S., por sua vez, pela absolvição por atipicidade por ausência de dolo.

Em síntese, é o relatório.

Trata-se de delito de falso de Carteira Nacional de Habilitação, em que o réu W.R. responde por ser o elaborador do falso documento e A.S. por ser o usuário do mesmo documento, que sabia ser falso.

A materialidade do falso está consubstanciada no Laudo Documentoscópico de fls. que, categoricamente, atesta não ser a CNH de fls. autêntica.

A.S., em seu interrogatório de fls., confessa ter adquirido a falsa CNH de W.R. pela quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais), sem ter realizado qualquer exame de praxe. No entanto, alega que não sabia que a CNH era falsa.

Ocorre que, diante das circunstâncias fáticas, as palavras de A.S. não convencem, pois, trata-se de pessoa esclarecida, residente em grande centro urbano, contando com diversos meios de comunicação ao seu dispor, o que exclui a possibilidade de não poder imaginar a não autenticidade do documento que adquiriu e passou a portar habitualmente para conduzir veículos automotores. Portanto, tendo literalmente “comprado” a carteira de fls. , que, como é notório, não se configura como mercadoria; presente está, no mínimo, o dolo eventual, suficiente para a condenação que se lhe imputa.

A reincidência de A.S. está devidamente comprovada pela Certidão de fls., motivo pelo qual deverá sua pena ser agravada.

Quanto a W.R., que nega a autoria do falso, entendo não haver provas para a condenação.

Pelo exposto, julgo, em parte, procedente a denúncia, para CONDENAR A.S. como incurso nas sanções do artigo 304 combinado com o artigo 61, inciso I, ambos do Código Penal; ABSOLVENDO W.R. nos termos do artigo 386, inciso IV, do Código de Processo Penal.

Assim, passo a dosar as penas do réu condenado:

Atendendo às circunstâncias do artigo 59 do Código Penal, a culpabilidade foi intensa, pois, A.S. possuía perfeitas condições de entender o caráter ilícito do fato que cometia, tanto ao comprar documento como ao usá-lo por vários anos seguidamente, sendo-lhe exigível conduta diversa; os antecedentes, exceto o fato que lhe gerou a reincidência, são bons. Nada há que o desabone quanto à conduta social e à personalidade. Os motivos mostram-se desfavoráveis, pois não se pode admitir que o meio mais fácil de se conseguir alguma coisa justifique a prática de um crime. As circunstâncias e conseqüências pesam-lhe contra, pois trafegava em via pública de intenso fluxo de veículos, desrespeitando a sinalização de parada obrigatória, certamente por desconhecê-la, já que não efetuou o devido estudo e exame de legislação de trânsito, necessário à condução de veículos. Não há que se falar em comportamento da vítima em crimes dessa espécie.

Assim, presentes a maioria das circunstâncias judiciais, fixo a pena final privativa de liberdade na média de quatro (04) anos de reclusão, já incluída a agravante da reincidência, a ser cumprida em regime semi-aberto (art. 33, § 2º, “b”, § 3º); pena que torno definitiva ante a ausência de causas de aumento e diminuição.

Quanto à pena de multa, fixo no total de cem (100) dias-multa, calculado no valor de 1/10 do salário mínimo vigente à época do fato; ficando concretizada neste montante.

Condeno-o, também, na metade das custas processuais.

O condenado não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, diante da reincidência e da quantidade de circunstâncias desfavoráveis (art. 44, II e III, CP).

Tendo respondido solto a todo o processo e inexistindo motivos que autorizem a prisão provisória e imediata, concedo ao condenado o direito de apelar desta decisão em liberdade. Caso não haja recurso da Defesa, expeça-se imediatamente mandado de prisão.

Após o trânsito em julgado, lance o nome do condenado no rol dos culpados.

P.R.I.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2002.

Juiz de Direito

Suponha que você, como Promotor de Justiça, recebeu, para ciência, a sentença supra. Com o auxílio dos dados complementares abaixo; demonstre o seu inconformismo através da interposição do (s) recurso (s) cabível (is), elaborando, se for o caso, petição recursal já acompanhada das razões, apontando e explicando eventuais falhas processuais, se existentes, e formulando pedido (s) que entender apropriado (s) diante da situação apresentada.

Obs.: A peça recursal a ser elaborada destina-se eminentemente a avaliar o conhecimento do candidato sobre matéria processual, que deve ser levantada prioritariamente. Porém, as questões de natureza material, eventualmente mencionadas, devem também estar de acordo com a legislação.

DADOS COMPLEMENTARES:

No caso hipotético, a autoria em relação aos dois réus ficou inquestionavelmente comprovada, sendo A.S. confesso em relação ao uso e, também, categórico ao imputar a autoria do falso ao co-réu, apesar da negativa deste, salientando-se que a autoridade policial logrou êxito em apreender na residência de W.R. vários apetrechos utilizados na falsificação de documentos, os quais, submetidos à perícia, constatou-se que foram utilizados na fabricação da CNH apreendida nos autos; circunstância confirmada e relatada por duas testemunhas de acusação, que tinham conhecimento das ações ilícitas praticadas por W.R..

Assim, a materialidade ficou incontestavelmente comprovada não só pelo Laudo Documentoscópico Definitivo, que atestou a falsidade da CNH apreendida, como também pelo outro Laudo Pericial, realizado nos objetos apreendidos.

O Ministério Público, em fase de alegações finais, havia apontado minuciosamente todas as provas existentes e, inclusive, transcrito trechos dos interrogatórios dos réus e depoimentos testemunhais, que comprovavam detalhadamente as autorias de ambos e a materialidade.

QUESTÕES:

primeira questão: (valor 2,0 pontos)

- *Denunciado por crime de latrocínio (art. 157, § 3º, CP), ocorrido em 01/01/1995, depois de inúmeras tentativas de citação pessoal, através de Cartas Precatórias para várias Comarcas de diferentes Estados do Brasil e, inclusive, de Carta Rogatória para o México, não se obteve êxito na localização do acusado, não restando, assim, outra alternativa senão a sua citação por Edital (art. 361 CPP).*

Ocorre que, após citação editalícia, o acusado não atendeu ao chamado judicial e nem constituiu Advogado.

Se você, como Promotor de Justiça, recebesse os autos com Vista nesta fase processual, qual a próxima providência processual que requereria ao Juiz que fosse tomada ? Explique detalhadamente sobre a aplicação ou não, no caso concreto, do disposto na atual redação do artigo 366 do CPP; fundamentando a resposta em dispositivos legais, opiniões doutrinárias e posicionamentos jurisprudenciais.

segunda questão: (valor 2,0 pontos)

- Em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de um dos Estados da Federação, em que a parte vencida é o Ministério Público, tendo havido contrariedade a dispositivo de lei federal, especificamente ao disposto no (artigo 2º, § 1º da Lei 8072/90), cuja questão jurídica já fora decidida por outros Tribunais, de maneira diferente; pergunta-se:
 - a) – qual o recurso cabível;
 - b) – qual o Órgão competente para julgá-lo;
 - c) – indique sucintamente os fundamentos **legais** do meio jurídico;
 - d) – qual o Órgão competente para o juízo de admissibilidade.

terceira questão: (valor 2,0 pontos)

- Discorra sobre as espécies de prisão provisória, existentes na legislação processual penal, indicando circunstâncias de aplicação, respectivos prazos e fundamentação.

DIREITO PENAL

*“Convivo com a ausência
dos que me olham
e hesitam em me falar das flores
que se abrem em pétalas de vidro
e recendem o hálito das perdas...”*

*Na incerteza da manhã
em que atravessamos calçadas
temendo os próprios passos,
as balas perdidas
e os sobressaltos das esquinas!”
(Francisco Lins do Rego Santos)*

Dissertação – Valor 04 (quatro) pontos.

O bem jurídico na teoria da tipicidade e sua interpretação conforme a Constituição Federal.

Questões – Valor 02 (dois) pontos cada.

1 – O **Pacto de São José da Costa Rica**, também conhecido como “Convenção Americana de Direitos Humanos”, promulgada pelo Decreto nº. 678, de 06/11/1992, dispõe em seu artigo 7.7 que:

“Ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.”

Considere as disposições constitucionais e legais pertinentes e responda: o que deve acontecer quando o agente, condenado a um ano em regime aberto, teve sua pena privativa de liberdade substituída pela pena restritiva de direitos de prestação pecuniária e, injustificadamente, apenas a cumpriu em parte? Explicar.

2 – **M** subtraiu para si automóvel pertencente a seu genitor para, com o dinheiro auferido com sua alienação, adquirir substância entorpecente para uso próprio. Ao guiar o veículo nas vias de seu condomínio residencial, sem possuir habilitação legal para condução de veículos automotores e desrespeitando sinalização existente, imprimiu ao veículo velocidade incompatível com o local, perdeu o controle direcional, vindo a colher a vítima **V**, que se encontrava na calçada, ocasionando-lhe lesões corporais que a impediram de exercer suas atividades habituais por trinta e cinco dias. **V** era empregada doméstica na casa de **M** e, embora regularmente intimada, nada manifestou nos sete meses que se sucederam. Após isto, **V** foi dispensada de seu serviço e procurou o Promotor de Justiça dizendo que desejava que **M** “pagasse por seu crime” ou que, pelo menos, a compensasse pelo sofrimento suportado. **M** já havia sido condenado, há menos de cinco anos, por sentença criminal transitada em julgado, pela prática de crime de furto e porte de substância entorpecente para uso próprio.

À luz do direito vigente, analise a situação jurídica de **M**, justificando a resposta.

3 – **A** foi preso em flagrante por haver, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de brinquedo, subtraído da vítima **B** sua carteira contendo documentos pessoais e R\$ 5,00 (cinco reais). Concluído o Inquérito Policial, com vista dos autos o Promotor de Justiça ofereceu denúncia contra **A**, incursando-o nas sanções do artigo 157, **caput** do CPB.

Com base no relato acima, pergunta-se: Correta a capitulação proposta pelo Ministério Público? Justifique.